



O NASCIMENTO DA IDADE MÉDIA A PARTIR DA ANÁLISE COMPARATIVA DAS OBRAS: PASSAGENS DA ANTIGUIDADE AO FEUDALISMO E DECLÍNIO E QUEDA DO IMPÉRIO ROMANO¹

Marcos Emílio Ekman Faber²

Resumo

Neste artigo analiso o fim do Império Romano do Ocidente e a conseqüente fragmentação de poder na Europa. Minha análise ocorre a partir de três pontos principais: os motivos do declínio econômico romano; as invasões bárbaras e; a cristianização do Império, assim como o papel desempenhado pela igreja cristã no processo de reestruturação européia. Como metodologia, utilizei a análise comparativa das obras *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo* de Perry Anderson e *Declínio e Queda do Império Romano* de Edward Gibbon. Sendo o primeiro um autor marxista e o segundo um livro clássico, escrito no séc. XVIII, de um autor iluminista que influenciou as gerações que o seguiram.

Palavras-chave: Crise do Império Romano. Nascimento da Idade Média. Mão-de-obra escrava.

Introdução

A proposta deste artigo é analisar o nascimento da Idade Média européia a partir da análise comparativa das obras *Passagens da Antiguidade para o Feudalismo*³ de Perry Anderson e *Declínio e Queda do Império Romano* de Edward Gibbon. Os autores foram escolhidos por serem representantes de vertentes históricas distintas, mas também por terem vivido em épocas diferentes. Enquanto o primeiro autor é um historiador contemporâneo adepto do materialismo histórico dialético em sua versão contemporânea, o segundo é fruto do século XVIII – *Declínio e Queda do Império Romano* foi escrito entre 1766-1788 – Gibbon, um iluminista, influenciou as gerações que o seguiram, principalmente os historiadores positivistas. Neste artigo a versão de *Declínio e Queda* que será analisada é a edição abreviada⁴.

A comparação das duas obras será centralizada na análise de três aspectos principais: a questão econômica, procurando entender quais os motivos do declínio

¹ Este artigo originou-se de uma pesquisa realizada para a disciplina de História Medieval I ministrada pela Profa. Tânia Chagastelles da Faculdade Porto-Alegrense – FAPA.

² Graduado em História pela Faculdade Porto-Alegrense em 2008. Especialista em História do Brasil Contemporâneo pela mesma instituição em 2010. Desde 2008 coedita a Revista Historiador. Email marfaber@hotmail.com.

³ Do original *Passages from Antiquity to Feudalism* (1974). Tradução de Beatriz Sidou.

⁴ GIBBON, Edward. *Declínio e Queda do Império Romano*. Edição Abreviada. São Paulo: Cia das Letras, 2005. O original *Decline and Fall to the Roman Empire* (1776-1788) tinha seis volumes (GIBBON, 2005, p. 26).

econômico romano; a questão militar, principalmente relacionada às invasões bárbaras e; a questão religiosa com a cristianização do Império e a proibição aos cultos pagãos.

Para compreendermos as diferenças teóricas e metodológicas entre os dois autores é importante entendermos que existem três correntes distintas de pensamento sobre o final do Império Romano. Uma primeira corrente, que chamo de **internalista**, atribui a ruína do Império às questões internas, ou seja, o Império Romano chegou ao seu colapso devido a problemas estruturais no seio do próprio Império; outra corrente, que chamo de **externalista**, afirma que o Império Romano ruiu por causas externas ao Império, ou seja, pela cristianização do Império e/ou pelas invasões bárbaras⁵, como é o caso de Edward Gibbon e; uma terceira corrente, que chamo de **conciliadora**, que imputa o final do Império Romano a uma combinação de causas internas e externas, como é o caso de Perry Anderson. Por motivos óbvios, analisaremos principalmente a segunda e a terceira hipóteses.

Outro fator importante neste artigo é a preocupação com a compreensão do contexto histórico em que ocorreu o fim do Império Romano do Ocidente levando-o a fragmentação do poder político na Europa, para isso, analiso também outros autores que auxiliam na compreensão do fundo histórico aqui abordado.

A questão econômica

A questão econômica, ou seja, os motivos que levaram à crise econômica do Império Romano são, por mais que possa parecer contraditório, o ponto em que os dois autores aqui analisados mais se aproximam. Apesar de Gibbon não atribuir muita importância às questões econômicas, suas afirmativas sobre a crise econômica romana se aproximam às de Perry Anderson, porém, este último, ao contrário de Gibbon, atribui à crise econômica um papel decisivo na queda do Império Romano. Para Anderson, o esgotamento do trabalho escravo foi o principal motivo do colapso romano (ANDERSON, 2004, p. 82-83).

Edward Gibbon afirma que o *gigantismo*, ou seja, a extensão territorial, do Império dificultava a administração e a proteção das fronteiras, representando gastos significativos ao Estado romano.

O declínio de Roma foi a natural e inevitável consequência da grandeza imoderada. A prosperidade fez com que amadurecesse o princípio de decadência; as causas de destruição se multiplicaram com a extensão das conquistas; e, tão logo o tempo ou os acidentes removeram os sustentáculos artificiais, a estrutura desabou sob seu próprio peso. A história de sua ruína é simples e óbvia; em vez de perguntar por que o

⁵ Os estudos demográficos sobre as populações bárbaras do período, apesar de não muito confiáveis, apontam que o número de bárbaros era muito reduzido. Os mais numerosos como os vândalos, visigodos, ostrogodos e hunos, não contavam com mais de 30 mil guerreiros. Já suevos, burgúndios, alanos e francos (antes de Clóvis) eram menos de 5 mil. Os bárbaros representavam menos de 5% da população do Império Romano (LE MAITRE, 2008, p. 42).

Império Romano foi destruído, devemos antes surpreender-nos de ele ter durado tanto (GIBBON, 2005, p. 538).

Perry Anderson, que concorda com tal teoria, acrescenta que a Pax Romana⁶ representou, antes de tudo, o ápice do Império, mas também o início de sua ruína. Pois, os altos gastos estatais na modernização do Império – construção de estradas, diques, aquedutos, etc. –, crescia a cada ano, assim, a crise econômica que assolava Roma gerou uma série de conflitos internos no Império. Ao suspender as guerras de conquistas, também acabou por inviabilizar um sistema que era baseado na mão-de-obra escrava.

O poder militar estava mais intimamente ligado ao crescimento econômico do que talvez em qualquer outro modo de produção, antes ou depois, porque a principal fonte de trabalho escravo eram normalmente prisioneiros de guerra, enquanto o aumento das tropas urbanas livres para a guerra dependia da manutenção da produção doméstica por escravos; os campos de batalha forneciam a mão-de-obra para os campos de cereais e vice-versa – os trabalhadores capturados permitiam a criação de exércitos de cidadãos (ANDERSON, 2004, p. 28).

Para o autor, o mais grave do modelo escravista romano era a inexistência de um mecanismo interno que possibilitasse sua renovação, assim, no momento em que a renovação de escravos fosse inviabilizada haveria uma grave crise no sistema, como de fato ocorreu (ANDERSON, 2005, p. 82). A saída encontrada para a crise da mão-de-obra foi criar o sistema de *colonatos*⁷, porém, essa solução aparentemente positiva tornou-se um sério problema ao promover a ruralização da sociedade romana, pois ao conceder incentivos ao novo sistema, muitos trabalhadores urbanos abandonaram as cidades em busca de espaço no campo. O problema da mão-de-obra somente seria resolvido com o progressivo processo de transformação dos trabalhadores livres em servos⁸, o que somente se completaria muitos anos depois quando a nobreza carolíngia adotaria o sistema de servidão forçando os trabalhadores a submeterem-se a um sistema onde ficavam presos a terra que cultivavam, lançando, assim, os alicerces do feudalismo⁹ que iria dominar o cenário europeu nos séculos seguintes.

⁶ Paz Romana, em latim. Designa o período de relativa paz, estabilidade e prosperidade no qual Roma consolidou seu domínio imperial entre os séculos I e II.

⁷ Sistema onde os grandes proprietários de terras cediam pequenas porções de suas propriedades a camponeses pobres. Alguns proprietários de escravos, sem condições de mantê-los, também os transformavam em colonos. Em troca do lote de terras e de proteção militar, os colonos cediam parte da sua produção ao proprietário das terras. Essa política possibilitou que muitos trabalhadores urbanos deixassem as cidades em busca de terras no campo.

⁸ “Ser servo implicava não gozar de muitas liberdades, ter incapacidades jurídicas. Ele podia ser vendido, trocado ou dado pelo senhor, não poderia testemunhar contra homem livre, não podia se tornar clérigo, devia diversos encargos. Contudo, ao contrário do escravo clássico, tinha reconhecida sua condição humana, podia ficar com parte do que produzia e recebia proteção do seu senhor” (FRANCO Jr., 2005, p. 186).

⁹ “Termo aparecido apenas no século XVII, muito tempo depois do momento histórico que ele devia designar” (FRANCO Jr., 1985, p. 7). A palavra feudo “deriva do germânico *fehu*, ‘gado’, com um sentido de ‘um bem dado em troca de algo’. Inicialmente, fins do século IX, o feudo era cedido pelo poder público (rei, conde) em troca de serviços públicos (guerra, administração). A partir de fins do século XI, ligado estreitamente à vassalagem, o feudo tornou-se um bem privado concedido em troca de serviços privados. Essa concessão (terra, dinheiro, direitos diversos) era feita por um nobre, intitulado ‘senhor’, a outro nobre, chamado ‘vassalo’, em troca essencialmente de serviço militar” (FRANCO Jr., 2005, p. 182-183).

A transferência de cidadãos para o campo e a ruralização da sociedade romana inviabilizaram a manutenção do exército, pois gerava indiretamente uma ausência de alistados, fato este que enfraquecia a defesa das fronteiras, possibilitando a entrada de bárbaros no território. A solução encontrada foi a de permitir o alistamento de estrangeiros nas legiões romanas.

A questão militar

Neste ponto, os autores possuem divergências essencialmente no peso que atribuem às invasões bárbaras¹⁰ no processo de ruína do Império Romano. Ficando mais claro o contexto histórico em que cada um dos autores viveu, pois elementos de seus dias estão muito presentes nas teorias de cada um. Para Gibbon, um inglês que apoiou arduamente a Revolução Francesa, inclusive morando muitos anos na França durante a Revolução (GIBBON, 2005, p. 28-29), os bárbaros representavam um retrocesso, um atraso civilizacional. Para ele as hordas invasoras eram hostis aos ideais de liberdade, de igualdade e de propriedade, importantes itens do ideário iluminista.

As leis e os costumes das nações modernas protegem a segurança e a liberdade do soldado vencido; o cidadão pacato, outrossim, raras vezes tem razões de queixar-se de que sua vida ou mesmo sua fortuna ficaram expostas à fúria da guerra. No desastroso período da queda do Império Romano, que pode ser justificadamente datada do reinado de Valente, a felicidade e a segurança de cada individuo eram atacadas, e as artes e as obras de séculos, rudemente desfiguradas pelos bárbaros da Cítia e da Germânia. (GIBBON, 2005, p. 446).

Para este autor, os bárbaros representavam a desestabilização da civilização greco-romana e eram, portanto, os grandes vilões no processo de desintegração do Império Romano. Para Gibbon, a Idade Média, um período terrível, fora o resultado da vitória da barbárie sobre a civilização (GIBBON, 2005, p. 544-545).

Já Perry Anderson, um marxista – escreveu *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo* ainda durante a Guerra Fria –, analisou as invasões bárbaras do ponto de vista socioeconômico. Para ele, a proteção militar às fronteiras gerava elevados gastos ao Império, sendo muito difícil a manutenção e sua preservação. Outro elemento importante foi ocasionado pela ruralização da sociedade romana em consequência da crise da mão-de-obra escrava, fatores que enfraqueciam o exército, pois desestimulavam o alistamento militar. A solução foi permitir a entrada de bárbaros nas fileiras do exército romano. Já no século III, as legiões romanas estavam abarrotadas de soldados germânicos, com alguns ocupando importantes cargos de comando no exército (ANDERSON, 2004, p. 82-85). Portanto, nos séculos IV e V, quando ocorreram as invasões, o território romano já convivia há muito tempo com a maioria dos povos invasores.

¹⁰ As principais tribos bárbaras invasoras ao território romano foram: francos (352), alamanos (352), alanos (376), godos (400), vândalos (407-408), suevos (407-409), visigodos (410), burgúndios (443) e hunos (451-453).

As tribos bárbaras que entraram no Império Romano eram basicamente tribos rurais e patriarcais divididas em clãs de famílias. Em geral, não tinham noções de Estado. A base agrária era formada por camponeses livres e a terra era coletiva, com raríssimas exceções tinham escravos (ANDERSON, 2004, p. 109-110). Já nesta época, o cristianismo não se restringia ao Império Romano, padres e bispos já tinham ultrapassavam as fronteiras do Império em direção aos territórios bárbaros. Assim, quando os invasores chegaram a Roma, a sua maioria era formada por cristãos¹¹.

Se para Edward Gibbon, as invasões bárbaras tiveram papel decisivo na queda do Império Romano, com os germânicos representando a vitória da anarquia política sobre uma civilização mais avançada, para Anderson, os bárbaros fizeram parte de um processo de reconstrução da sociedade romana em ruína, não sendo os responsáveis pela queda do Império, que já estava em crise há muito tempo, mas os responsáveis pela sua reformulação ao possibilitar a síntese entre sua cultura e a romana.

A questão religiosa

É difícil imaginar um estudo sobre a Idade Média sem uma análise criteriosa da religiosidade que impregnou todo o período. Portanto, os autores aqui comparados analisaram exaustivamente o papel da Igreja Cristã¹² no processo de formação do medievo. Mas também é neste ponto que os dois autores apresentam mais discordâncias.

A começar pelo fato de que somente Gibbon descreve as causas de a Igreja tornar-se parte do Estado romano e como ela se sobrepôs ao paganismo. O autor afirma que isto somente foi possível com a vitória do cristianismo sobre a religião pagã romana. As causas, segundo ele, foram:

I. O inflexível zelo e, se nos é permitido usar tal expressão, a intolerância dos cristãos – derivada, em verdade, da religião judaica, mas purificada pelo espírito acanhado e antissocial que, em vez de atrair, dissuadir os gentios de abraçar a lei de Moisés. II. A doutrina de uma vida futura, valorizada por toda e qualquer circunstância ocasional que pudesse dar peso e eficácia a essa importante verdade. III. Os poderes miraculosos atribuídos à Igreja primitiva. IV. A pura e austera moralidade dos cristãos. V. A união e a disciplina da república cristã, que formou aos poucos um Estado independente que se desenvolveu no coração do Império Romano (GIBBON, 2005, p. 236).

Para o autor, os mesmos motivos que levaram a vitória do cristianismo sobre o culto pagão formaram as causas de sua interferência na queda do Império. Gibbon colocou a

¹¹ Com uma importante ressalva, a grande maioria dos bárbaros cristianizados havia aderido à seita cristã do arianismo. Fato que desempenhará importante papel no processo de aliança entre a Igreja Romana e os Francos, aliança esta que será responsável pela formação do Império Merovíngio.

¹² É importante que a Igreja Cristã, como instituição, já caminha em direção de se tornar a Igreja Católica Apostólica Romana, pois nesta época como em nossos dias, esta Igreja estava se tornando muito mais uma instituição política do que a verdadeira Igreja surgida com os primeiros apóstolos em Jerusalém (FABER, Marcos. O Império Carolíngio e a Síntese Feudal. Disponível em: <http://historialivre.com/medieval/carolingio.htm>. Acesso em 01 de mar. de 2010).

Igreja como a principal causadora da queda do Império Romano, para ele os cristãos foram o principal motivo da ruína e crise de Roma (2005, p. 539-540), pois a Igreja imobilizou o Estado romano ao desviar a atenção do imperador de questões relativas à manutenção estatal para o combate às seitas e heresias¹³ que surgiam no seio do cristianismo.

Anderson, que não descarta esta teoria, completa afirmando que a Igreja ao tornar-se uma segunda burocracia mantida pelo Estado (2004, p. 126-127), onerava os cofres romanos a tal ponto que ajudou no colapso econômico romano. Porém, para Anderson, o papel da Igreja não foi tão decisivo e aponta que outros fatores foram mais importantes para a crise econômica romana, como os vistos anteriormente – principalmente a crise da mão-de-obra escrava.

Para ele, a Igreja desempenhou um papel muito mais ligado à transição entre dois modos de produção, um em extinção – o escravista – e outro na sua gênese – o feudal. Assim, a Igreja representou muito mais um processo de conciliação entre duas épocas do que o de desintegração de uma. Pois, a Igreja teve muita importância para o surgimento da sociedade medieval, sendo responsável pela preservação de parte importante da cultura e da legislação romana, desempenhando papel fundamental no processo de síntese entre as culturas romana e bárbara (ANDERSON, 2004, p. 130). Enquanto Gibbon denuncia que a Igreja, ao transformar a sociedade romana numa sociedade intolerante e austera, corrompeu a cultura clássica greco-romana, Anderson chama a atenção para o fato de que

parte de um gigantesco processo de assimilação e adaptação dessa cultura por uma população mais vasta, que iria arruiná-la e salvaguardá-la no colapso de sua infraestrutura tradicional. A mais impressionante manifestação desta transmissão foi ainda outra vez a da linguagem. (...) Com a cristianização do Império, os bispos e o clero das províncias ocidentais, assumindo a conversão em massa da população rural, latinizaram permanentemente sua fala durante os séculos IV e V. As línguas romanas foram o efeito desta popularização, um dos elos sociais mais essenciais de continuidade entre a Antiguidade e a Idade Média (ANDERSON, 2004, p. 130-131).

Portanto, para Anderson, a participação da Igreja teve importante papel e lugar no processo de transição entre o final do Império Romano e o nascimento do medievo.

Sua eficácia autônoma não seria encontrada na esfera de estruturas de relações econômicas ou sociais, onde às vezes tem sido equivocadamente procurada, mas na esfera cultural acima destas relações (ANDERSON, 2004, p. 131).

¹³ Entre o final do século IV e início do século V, a Igreja esteve envolvida numa série de controvérsias teológicas. Foi neste período que surgiu a seita herética do **arianismo**, doutrina que afirmava que Jesus Cristo havia sido criado por Deus, portanto, negavam-lhe o caráter divino e ainda desacreditava a doutrina da Trindade (JERPHAGNON, 2008, p. 55). O combate à seita ariana tornou-se muito importante para a unidade do cristianismo, porém, onerou significativamente os cofres públicos. Apesar de combatida, o arianismo retornaria com muita força nos séculos VI e VII (OLIVEIRA, 1987).

A civilização clássica, definida por seu desenvolvimento superestrutural sem precedentes na história da humanidade, necessitava de um aparelho ideológico que a preservasse do colapso romano, a Igreja cumpriu este papel (ANDERSON, 2005, p. 131).

Apesar de não discordar integralmente de Gibbon, que colocava a Igreja como uma das principais culpadas pelo fim do Império Romano, Anderson atribuiu à Igreja a sobrevivência da cultura romana, sendo esta essencial no processo de assimilação cultural dos povos bárbaros ao legado greco-romano. Desempenhando, assim, um importante papel no nascimento da Idade Média e no surgimento do feudalismo.

A Igreja foi a indispensável ponte entre duas épocas, numa passagem “catastrófica” e não “cumulativa” entre dois modos de produção. (...) Significativamente, foi o mentor oficial da primeira tentativa sistemática de fazer “renascer” o Império no Ocidente – a monarquia carolíngia. Com o Estado Carolíngio, começa a história do feudalismo propriamente dito. (ANDERSON, 2004, p. 131).

Para Perry Anderson, o cristianismo foi peça importante no processo de desintegração do Império Romano, mas, ao mesmo tempo, foi de extrema importância na preservação da cultura latina. Sem o cristianismo não existiria a síntese entre a cultura romana e a germânica que resultaram na sociedade feudal (ANDERSON, 2004, p. 136-137).

Conclusão

Ao lermos as obras aqui analisadas podemos perceber o quanto devemos, ainda hoje, aos clássicos da literatura historiográfica, trata-se de um grande exercício intelectual entrar em contato com livros que influenciaram e ainda influenciam o entendimento histórico hoje disponível. Como professor e historiador, lastimo que a maioria dos jovens estudantes de história pouco ou nada sabe sobre os autores clássicos. Assim, se faz necessário cada vez mais revisar e estudar essas obras. Ao lermos *Declínio e Queda do Império Romano* e *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo* percebemos que mesmo sendo Edward Gibbon um iluminista e Perry Anderson um marxista, eles tiveram ideias e teorias em comum, mesmo que na maior parte das vezes tenham discordado.

Ao acreditar que os motivos da queda do Império Romano estavam em questões *externas*, Gibbon retirou o peso da crise econômica que Roma enfrentava. Já Perry Anderson, *conciliou* as questões internas e externas como motivadoras da crise e queda de Roma, pois para ele, apesar da participação da Igreja como peso burocrático onerando os cofres públicos, o problema do esgotamento da mão-de-obra escrava foi tão ou mais importante para o colapso do Império.

Já as três questões propostas pelo artigo – questões econômica, militar e religiosa –, percebemos o quanto os autores divergem ou se aproximam dependendo da situação analisada. Como é o caso da questão econômica, apesar das ideias de Gibbon se aproximarem das de Anderson no que se refere às causas da crise econômica romana. Os

dois se distanciam no grau de importância que dão a esta questão, já que, devido a sua orientação teórica, somente Perry Anderson analisou com profundidade os problemas relativos ao esgotamento da mão-de-obra escrava e, por consequência, do modo de produção assentado na escravidão.

Na questão militar, principalmente com relação às invasões bárbaras, os autores apresentam diferenças significativas na leitura que fazem. Para Gibbon, as invasões representaram a vitória da anarquia sobre a civilização. Já para Anderson, o episódio representou um processo de reestruturação de uma sociedade em crise e sua consequente superação. Já a questão religiosa foi outra que gerou muita divergência entre os dois autores. Apesar de ambos considerarem a Igreja Cristã uma causa importante no processo de crise romana, foi Gibbon quem afirmou que a Igreja teve papel decisivo neste processo. Enquanto que Anderson defendeu a posição de que a Igreja, apesar de sua parcela na crise romana, desempenhou um importante papel como preservadora do legado romano, sendo responsável pelo processo de síntese entre as culturas romana e bárbara.

Por fim, ler e comparar as duas obras se torna um exercício de percepção indispensável ao estudante do medievo, pois apesar das grandes diferenças teóricas e metodológicas, os dois autores são complementares para o entendimento do tema, o que torna o estudo de ambos, indispensável na compreensão dos motivos que levaram à queda do Império Romano e no consequente nascimento da Idade Média.

Referências

- ANDERSON, Perry. Passagens da Antiguidade ao Feudalismo. 5a.ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BANNIARD, Michael. A Alta Idade Média Ocidental. Lisboa: Europa-América, 1985.
- FABER, Marcos Emílio Ekman. O Império Carolíngio e a Síntese Feudal. Disponível em: <<http://www.historialivre.com/medieval/carolingio.htm>> Acesso em 01 de mar. de 2010.
- FRANCO JR, Hilário. A Idade Média: Nascimento do Ocidente. 2ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- _____. O Feudalismo. 3ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- GONZELES, Justo L. A Era das Trevas. São Paulo: Editora Vida Nova, 2006.
- GIBBON, Edward. Declínio e Queda do Império Romano. Edição Abreviada. São Paulo: Cia das Letras, 2005.
- HALPHEN, Louis. Carlomagno y el Imperio Carolíngio. México: UTEHA, 1955.

- JERPHAGNON, Lucien. A Cidade Eterna Violada. In: História Viva, São Paulo, n. 51, Jan. 2008, p. 50-55.
- LE MAITRE, Philippe. Um Encontro de Civilizações. In: História Viva, São Paulo, n. 51, Jan. 2008, p. 40-45.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. O Mundo Carolíngio. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- OLIVEIRA, Waldir Freitas. A Caminho da Idade Média. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. História da Idade Média: Textos e Testemunhas. São Paulo: UNESP, 2000.
- WERNER, Karl Ferdinand. A Formação do Império Carolíngio. In: História Viva, São Paulo, n. 22, Ago. 2005, p. 38-43.

